

**“O caminho da incorporação do proletário à sociedade moderna”:
trabalho como educação em Minas Gerais no período pós-escravidão**

James William Goodwin Junior
CEFET-MG

Resumo

Este trabalho pretende analisar alguns elementos que compõem o discurso das elites letradas de Minas Gerais sobre o lugar do trabalho na sociedade pós-escravidão. Tal discurso caracteriza-se pela identificação da ociosidade com a criminalidade; a crença do caráter educativo e corretivo do trabalho; e a necessidade de qualificação da mão de obra para o Progresso da nação. As fontes principais são os jornais publicados entre as décadas de 1880 e 1910 em duas “capitais regionais” – Diamantina e Juiz de Fora – e na nova capital estadual, Belo Horizonte, além de documentos relativos à Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Ensino Técnico; Imprensa; Elites; Minas Gerais.

Área Temática: 1 – História Econômica e Demografia Histórica

O presente artigo é um trabalho de fronteira. Nele releio documentos estudados em minha pesquisa de Doutorado sobre a atuação da imprensa no processo de urbanização de Diamantina e Juiz de Fora, no período de 1880 a 1914. Também apresento algumas reflexões resultantes de uma pesquisa em andamento, intitulada “O Progresso em Palavras: Ciência, Técnica e Trabalho no discurso das elites mineiras da Primeira República”. Com apoio financeiro do CNPq e da FAPEMIG, este projeto é parte das pesquisas do Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço – NEMHE, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

Como um trabalho de e na fronteira, carrega consigo a dinâmica das mudanças de lugar, mas também a indefinição dos rumos a seguir. Logo, pretende ser um diálogo inquiridor e provocativo, suscitando questões que venham a ser aprofundadas, abrindo trilhas a serem percorridas. E cujos resultados mais consolidados possam ser apresentados mais à frente no caminho.

1. A desorganização do mundo do Trabalho

No período compreendido entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, a sociedade brasileira reorganizou uma de suas bases constituintes. Com o movimento de abolição do trabalho escravo, e a inserção cada vez maior do país no processo de mundialização do capitalismo, foi preciso repensar o lugar do trabalho – e do trabalhador – na sociedade brasileira. Esta reconfiguração do trabalho é uma história multifacetada, composta tanto pelos movimentos dos trabalhadores (ex-escravos, imigrantes e outros grupos) em busca de maior dignidade e melhores condições de vida, quanto dos esforços das elites dominantes para manter suas posições de privilégio num novo ambiente que se desenhava.

Preservar a dominação político-econômica exigia uma nova compreensão do trabalho, redefinindo seu valor, seu lugar na sociedade, e as demandas colocadas para o (e pelo) trabalhador. Era preciso apagar a identificação do trabalho regular com a escravidão, e criar uma nova tradição de valorização do trabalho e do trabalhador, como elementos dignos da sociedade brasileira, respeitando, porém, os limites dessa nova imagem. Às elites dominantes não interessava aumentar a participação das classes trabalhadoras na vida política do país, nem no usufruto dos lucros oriundos da atividade econômica. Assim, o que se vislumbra é a enunciação de um discurso que, embora liberte o trabalho da maldição escravista, busca manter o trabalhador numa relação de dominação, ainda que em novos termos.

Com a intensificação dos movimentos abolicionistas na década de 1880, duas questões se colocaram nos discursos e debates promovidos então: a necessidade de superar os limites que a escravidão estabelecia à qualificação dos trabalhadores, especialmente pelo caráter negativo que conferia ao trabalho; e o que fazer com as massas de ex-escravos libertados. O desmanche da escravidão despertou temores sobre o descontrole das camadas mais pobres da sociedade, infladas pelos ex-escravos, que escapavam aos seculares mecanismos instituídos pela escravidão. Exemplo disso pode ser encontrado no influente jornal liberal *O Pharol*, de Juiz de Fora, cidade cuja riqueza estava intimamente ligada à cafeicultura baseada na exploração do (agora extinto) trabalho escravo:

Os vagabundos e os malfeitores andam aos magotes, errando pelas estradas, como lobos famintos, que espreitam o momento mais oportuno para caírem de surpresa sobre os rebanhos indefezos. Entretanto, o paternal governo da regente nada fez ainda no sentido de reprimir a vagabundagem e a licença mais desenfreada! (“A Pedidos” contra a Regente, *Pharol*, 08/06/1888)

A preocupação com a manutenção da ordem social estava disseminada entre os setores dominantes da província. Em outra capital regional, Diamantina, distante de Juiz de Fora em termos geográficos, econômicos e culturais, as páginas do jornal conservador local publicaram elogios às medidas tomadas contra a liberdade do ócio:

É de grande alcance essa medida para equilibrar o trabalho actualmente desorganizado pela larga vagabundagem que abunda em toda parte, mórmente após a abolição do elemento servil, que muito concorreu para elevar consideravelmente o algarismo dos ociosos. (*Sete de Setembro*, 30/11/1888)

A medida mencionada era a legislação que permitiria conduzir aqueles considerados vagabundos ao trabalho forçado. Estabelece-se, aqui, uma nova característica do trabalho: seu carácter corretivo, quiçá instigador de um novo comportamento naqueles a ele submetidos.

2. A imprensa e o novo papel do Trabalho

Esses mesmos atributos caberiam à imprensa, na visão das elites do mundo burguês oitocentista. Pertencendo parcial e periféricamente a esse mundo, os setores letrados da sociedade mineira do *fim-de-século* procuravam construir, nas páginas impressas, um discurso que orientasse a conformação de um ambiente aburguesado, em que o progresso e a racionalidade estruturassem uma nova ordem social. A imprensa propunha-se a contribuir para a hegemonia desses valores, na medida em que se apresentava como guia para todos. Representava, assim, uma sociedade civilizada sendo construída. Representação, no sentido de que mostra, nos faz conhecer; mas também no sentido de que encena, faz acontecer. Ou seja, a imprensa não era apenas um eco do que ocorria nas cidades mineiras, mas buscava interferir ativamente no espaço e no ambiente urbanos.

Seu discurso procurava instigar um novo comportamento em seus leitores – e naqueles atingidos de outras formas, como a leitura em voz alta ou a circulação oral das notícias e editoriais, prática corrente nos núcleos urbanos mineiros, que os redatores locais conheciam (e com a qual certamente contavam). Daí seu carácter muitas vezes corretivo, de crítica e denúncia dos desvios e obstáculos no caminho da implantação de uma sociedade ordeira e trabalhadora. Percalços que, numa leitura atenta, revelam os limites do alcance efetivo desse discurso.

Um dos problemas recorrentes nas páginas impressas era o ócio dos mais pobres, visto pelas elites letradas como dupla recusa à inserção na nova sociedade: além de se negar ao trabalho sistemático, o vagabundo era também um criminoso em potencial. Os textos revelam uma mesma postura dos redatores locais, na cobertura que faziam das ações policiais de repressão à vagabundagem, à boêmia e aos hábitos considerados inadequados àqueles que deveriam trabalhar regularmente. Em Juiz de Fora, a ação reguladora

atingia inclusive os donos de botequins, sempre vistos como locais potencialmente perigosos:¹

Manoel de Figueiredo, dono de um botequim à rua de Santa Rita, foi hontem admoestado pelo sr. delegado de policia, por consentir no seu estabelecimento reunião de desoccupados, resultando dahi palavradas que offendem a moral e perturbam o socego publico. (*Pharol*, 30/01/1900)

Também em Diamantina o escopo da ação policial-repressiva era amplo, incluindo em suas malhas o vandalismo, furtos, devassidão, prostituição, embriaguez. Os “termos de bem viver” funcionavam como instrumento de controle, mas também revelavam um caráter educativo da polícia, na expectativa de que aqueles admoestados a se corrigirem mudassem a sua forma de viver.²

Notas policiaes

Foram recolhidos ao xadrez correccionalmente por 24 horas:

Malvina Rita de Jesus, por ser considerada vagabunda, sendo compellida ao trabalho; Augusto Pereira Gomes, por ter estragado plantas do Jardim publico; Rita Candida Pereira da Silva, pela 3a. vez foi recolhida ao xadrez, pela devassidão que consente em sua casa, sendo compellida a se empregar e em caso contrario assignar termo de bem viver; Eva Maria de Jesus, por ter occultado furtos; David Carneiro da Cunha e Ozias de Mattos por estarem em devassidão em casa de prostituta e desacatarem a auctoridade policial; Antonio Alves Prado, pela embriaguez habitual e desordens, sendo advertido a corrigir-se, sob pena de assignar termo de bem viver em face do art.200 do regulamento policial; Henrique Costa, preso por atirar pedras em uma praça que fazia policiamento; Faustino Pereira da Silva, preso pela embriaguez habitual. (*A Idéa Nova*, 18/08/1907)

Farol da sociedade, a imprensa pretendia não apenas denunciar o que estava errado, mas iluminar o caminho com as novas ideias que deveriam ser adotadas. Ela informa – e dá forma – à modificação do lugar do trabalho que se estava operando no país. Assim, se Malvina Rita de Jesus é vagabunda, deve ser compelida ao trabalho, ecoando no jornal liberal a mesma recomendação de seu rival conservador quase vinte anos antes. A solução para combater a vagabundagem e valorizar o trabalho seria a repressão através do próprio trabalho.

Os homens de imprensa de Diamantina tinham noção, porém, que apenas a repressão não seria suficiente para tornar o trabalho regular algo desejável. Seria preciso alterar séculos de cultura, desfazer toda uma tradição que associava, inclusive em termos religiosos, o trabalho braçal e regular ao pecado e ao castigo. Ainda ao tempo da escravidão, o redator do periódico do Partido Conservador, transcrevendo um poema publicado na *Revista Commercial* fluminense, afirmava contra todas as evidências que “o trabalho honra o homem, qualquer que seja a profissão que adopte” (*Sete de Setembro*, 11/11/1886). Duas décadas depois, um dos jornais fundados na cidade para defender os princípios do Liberalismo publicava um longo artigo em homenagem ao 1º. de Maio, no qual professava sua certeza de que o trabalho teria a capacidade de regenerar a sociedade:

¹ Sidney Chaloub, em obra clássica de 1986, mostrou a importância do botequim como espaço de sociabilidade dos trabalhadores no período pós-escravidão.

² Sobre o caráter de polidez e civilização da ação policial, ver Robert Moses PECHMAN (2002), especialmente o capítulo 2.

O dia do Trabalho[...] Actualmente ha ainda nas sociedades muitas miserias, muitos soffrimentos, muitas injustiças; mas pelo trabalho livre e fecundo, marchamos sempre para a Cidade Futura da Verdade e da Justiça. (*A Idéa Nova*, 05/05/1907)

Em Minas Gerais essa certeza era compartilhada por outros homens de imprensa. Em Juiz de Fora, por exemplo, o redator propunha, entusiasticamente: “*Eduquemos o escravo, façamos delle também o que tentamos fazer do ingenuo, isto é, um homem*” (*Pharol*, 20/10/1883). No ambiente criado após a Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, essa menção apontava para o convívio do ingênuo (formalmente livre) com os escravos, onde aprendia tanto a função quanto as formalidades do mundo do trabalho. Era um processo de educação para o trabalho, através do trabalho.³

A redação do *Pharol* periodicamente retomava o assunto, sempre apontando o duplo potencial da situação: progresso e desenvolvimento, caso houvesse a inclusão dos menores pelo trabalho; criminalidade e desordem, se nada fosse feito para alterar o quadro existente.

[...] cremos que se podia aproveitar o trabalho desses meninos, preparando-se ao mesmo tempo cidadãos uteis ao paiz, em vez de homens perigosos que virão a ser forçosamente, se continuarem entregues a si propios. Já temos estabelecimentos em que se encontra trabalho remunerado e proporcionado a todas as idades; porque não se procura empregar alli os meninos a que nos referimos? (*Pharol*, 25/01/1885)

Um ano depois, o jornal publicou uma série de artigos e notícias sobre menores desocupados nas ruas da cidade. Como exemplo prático de suas posições, a redação ofereceu-se para receber meninos de até 17 anos, a fim de trabalharem nas suas oficinas,

responsabilizando-nos pela educação no trabalho, no caminho do bem, tirando-lhes o vício, para prestar-lhes um beneficio. Para acompanhar-nos convidamos aos illustrados colegas do *Correio de Juiz de Fôra*, bem como a todos os industriaes desta cidade. (*Pharol*, 16/02/1886)

A mensagem da redação do *Pharol* não poderia ser mais clara. A educação no trabalho é o caminho do bem, e tanto a imprensa quanto os industriais da *Manchester Mineira* deveriam auxiliar na boa formação de uma geração que, crescendo num mundo do qual a escravidão já desaparecia, deveria ser encaminhada ao trabalho, antes que o vício da vadiagem a corrompesse.

Com diferença de quase um ano, um editorial publicado no *Sete de Setembro*, a propósito de uma série de furtos em Diamantina, explicitava ainda mais a relação entre punição à vadiagem, a obrigação de uma “ocupação honesta” e o futuro do Brasil após o desaparecimento do “último escravo”:

Si quereis economisar o tempo e o trabalho, e colher melhores, e mais abundantes fructos, deixai a antiga rotina, e segui os melhores methodos hoje adoptados pelos profisionaes, e..., avisinhando-se o feliz dia, em que do solo brasileiro vae desaparecer o ultimo escravo, puni a vadiagem; puni-a, ou banindo da sociedade esses zangões de nova especie, ou ponde em pratica a disposição do Cod. Penal, que obriga á todo cidadão tomar uma occupação honesta, de que possa subsistir. Si assim fôr, não continuando tal disposição de lei, como letra morta, em vez de vêrmos a casa do cidadão, e o templo de Deus, assaltados pelos larapios, veremos a abundancia nos

³ Para a importância da Lei Rio Branco como elemento de formação da mão-de-obra para o período pós-escravidão, ver GEBARA, 1986.

mercados, a paz na sociedade, e garantidos os direitos do cidadão. (*Sete de Setembro*, 05/02/1887)

Semanas depois, num artigo assinado, um aspecto antes insinuado era abertamente colocado. Para combater a criminalidade (cada vez mais associada ao ócio dos pobres) era necessária a educação vinculada ao ambiente de trabalho:

Como se deita abaixo uma cadeia? Acotovelando-a com uma escola. O professor há de eliminar o carcereiro. // A luz absorve os miasmas do espírito, como os arvoredos os miasmas dos pântanos. No homem há duas coisas – o instinto que é um cego, e a consciência que é um pharol. As consciências são as sentinellas do instinto. A razão é o domador dos appetites. // Como se faz a separação? Illuminando as ruas? não, illuminando os cérebros. As casas illuminão-se por dentro. [...] Guerra Junqueiro. (*Sete de Setembro*, 26/02/1887)

Só a tecnologia não bastaria para construir a nova ordem, só a iluminação pública não poderia ser a solução para combater a criminalidade.⁴ Ela deveria ser superada pela luz da razão, pois “o professor há de eliminar o carcereiro” e o trabalho há de fazer do escravo um homem. No cruzamento das duas formulações, a solução estava em adotar os métodos modernos dos profissionais, e educar a sociedade, especialmente os menores, para a vivência do trabalho como ocupação regular e digna.

Ganha força no discurso sobre o trabalho seu componente pedagógico, com efeito civilizatório e moralizador. A educação transformaria escravos em homens, a educação no trabalho como o caminho do bem. No principal pólo de industrialização de Minas Gerais, essa convicção se fazia presente até mesmo nos textos de notícias sobre abertura de novos negócios, como a Fábrica de Tecidos Morrit e C., enfatizando

a influencia benefica que um estabelecimento nestas condições exerce sobre os costumes e as tendencias dos representantes da classe operaria nelle empregados. Affazendo-os ao trabalho e desviando-os das irresistiveis attracções do vicio, desenvolve noções de economia que, postas em pratica, hão de, forçosamente, pô-los ao abrigo da penuria, nos dias em que por qualquer circumstancia imperiosa o trabalho não lhes seja permitido. (*Pharol*, 25/03/1887)

Disciplina, desvio do vício, lições de economia, proteção contra o desemprego. O labor do trabalhador parece lhe trazer muito mais benefícios do que ao dono do estabelecimento. Trabalhar se torna, assim, um privilégio, mesmo num período (e numa região) em que a escravidão ainda se fazia fortemente presente.

Já passada quase uma geração após a abolição, um artigo em comemoração ao Dia do Trabalho revelava para os diamantinenses que os frutos do trabalho iam além dos melhoramentos individuais.

1º. DE MAIO// Consagrado à commemoração do Trabalho [...] O trabalho é um dos melhores mestres do caracter pratico. Elle faz nascer a disciplina e a obediencia, a força de vontade, a attenção, a applicação e a perseverança. [...] Si ás vezes o trabalho parece peso ou castigo, sempre honra e glorifica; nada se pode realizar sem elle: só

⁴ A relação entre iluminação pública e controle social era clara, por exemplo, em Paris. Desde o século XVIII o governo mantinha uma dotação orçamentária explícita para esse fim. Em contrapartida, as manifestações populares incluíam, quase sempre, a destruição de lâmpadas nas ruas. Sobre isso, ver SCHIVELBUSCH, 1995, p.97-114.

por meio d'elle é que o homem consegue tudo quanto tem de bom; a civilização é producto seu. [...] O progresso será indefinido, como dizia Fourier? // Para onde marcha a Humanidade? // Mysterio insondavel! // Sendo o **Trabalho** o incessante melhorador da vida humana, saudemol-o hoje, no solemne dia de sua festa: – *Et renovabis facem terrae!* (A *Idéa Nova*, 01/05/1910)

Rejeitando claramente a tradição negativa sobre o trabalho, o redator afirmava sua vinculação à própria civilização. A renovação da face da terra só poderia ser obtida pelo trabalho, o progresso constante dele depende. É interessante notar a despersonalização do Trabalho, que se torna um ente em si, independente de quem o realiza. Embora haja uma clara intenção de convencer as pessoas a trabalhar, não é o trabalhador o objeto da valorização proposta por esse discurso. O trabalho, e não o trabalhador, é que está vinculado ao progresso da humanidade.

Nesse raciocínio, o trabalho é algo distinto do trabalhador, e não o fruto de sua atividade. Afirma-se constantemente que o trabalho é algo digno e especial e, embora não de forma clara, pressupõe-se que o trabalhador não é, ou ao menos não está preparado para sê-lo. Se isto não está dito explicitamente, está inscrito nas constantes críticas às camadas populares da qual se originavam e às quais pertenciam os trabalhadores.

Sendo o trabalho o progresso da humanidade, e não estando o trabalhador brasileiro apto a exercê-lo condignamente, é preciso prepará-lo para isso. A simples educação *no* (ou *pelo* trabalho) não é suficiente, pois daria margem a que os vícios da escravidão fossem perpetuados, tanto nas relações com o trabalho quanto na própria técnica empregada.

O discurso das elites letradas mineiras afirmava a necessidade de uma educação *para* o trabalho. Esta deveria superar – incorporar e ir além – o caráter moralizador e civilizatório do trabalho, preparando uma mão de obra mais qualificada para o *progresso*, apta a utilizar técnicas mais modernas e eficientes. Ainda ao tempo da escravidão esse clamor já se fazia ouvir, tendo como objeto inicial a produção rural, principal fonte de renda de Minas Gerais. Quando a escola agrícola de Itabira foi aberta, recebeu elogios em Juiz de Fora:

Nunca serão demasiados os exemplos que poderemos dar de trabalhos na lavoura por meio de instrumentos aperfeiçoados; esses exemplos irão plantando no espírito dos nossos lavradores a condenação dos meios atrasados, rotineiros de que se utilizão, para dar lugar às reformas que serão a salvação da agricultura entre nós. // Deixar a enxada e o sacho que herdamos de nossos antepassados, para nos servirmos do arado e de tantos outros instrumentos de que faz uso a lavoura moderna, é dever tão momentoso para nós, quanto mais difíceis se vão tornando os dias que a lavoura começa a atravessar. (*Pharol.* 14/10/1882)

Aqui pode ser observado o duplo caráter pedagógico de uma instituição como esta: aprendem aqueles que nela estudam, aprendem os que observam seus exemplos de produtividade. As reformas na prática agrícola seriam a salvação da lavoura, estando subentendido que os ganhos de produtividade advindos das novas técnicas suplantariam a crise de mão de obra que se avizinhava com o final da escravidão.

No ambiente urbano, também se percebeu a necessidade de ampliação da rede de ensino para trabalhadores. Assim, em Diamantina, encontramos esforços nesse sentido:

O não pequeno número de operarios analphabetos, e de ingenuos existentes nesta cidade, despertou o sentimento generoso e patriotico do Sr. Antonio dos Santos Mourão, nosso conterraneo, o qual se propõe a leccionar gratuitamente os alumnos que frequentarem a aula nocturna [...] O dispendio do cofre municipal é bem insignificante em face do proveitoso ensino primário dos filhos do trabalho, impossibilitados de frequentarem durante o dia as aulas publicas na Cidade. (*Sete de Setembro*, 12/03/1887)

Instalada dois dias depois, as aulas noturnas tinham como público alvo os ingênuos e os operários analfabetos, dois grupos que já não tinham seu lugar determinado pela escravidão, mas que ainda não estavam plenamente incorporados à nova sociedade que surgia. Cerca de um ano depois, o mesmo jornal estabeleceu uma relação direta entre os investimentos na educação dos trabalhadores e o futuro da sociedade brasileira:

Em vez de fazerem um pernicioso serão de vicios, nas tavernas ou nas jogatinas, o operario e o artifice, o vendilhão e o magarefe, o jornaleiro e o creado irão aprender a ser homens morigerados, a possuir germens de virtudes, encaminhando-se para o bem em proveito proprio e da sociedade. (*Sete de Setembro*, 06/11/1888)

Os textos até aqui apresentados permitem estabelecer dois princípios do discurso que se formulou na imprensa como porta-voz das elites letradas, em duas das principais cidades de Minas Gerais no período abordado. Há uma clara associação entre a ocupação pelo trabalho e a inserção de grupos marginalizados (menores, vadios, desajustados) na nova ordem social que se pretende estabelecer. E a qualificação dessa mão de obra, através do ensino técnico, sustentaria o desenvolvimento econômico mineiro, ou antes, “de toda a sociedade”. Forjado ao tempo do Império, esse discurso não se alterou com a proclamação da República; antes, ela reforçou a importância da modernização da sociedade, acrescentando ao discurso a questão da ampliação da cidadania.

3. República, Trabalho e Educação

Na década de 1890 o Brasil viveu três movimentos complementares. Houve uma maior inserção do país no capitalismo internacional, ao mesmo tempo em que a industrialização começava a ganhar contornos de atividade econômica regular, e a urbanização modificava os espaços e as relações sociais em algumas regiões do país. Com isso houve a ampliação da demanda por mão de obra para as atividades fabris, bem como para os novos serviços que surgiam no ambiente urbano.

Nesse novo cenário, as elites mineiras buscaram reorganizar suas forças, tanto para manter seus domínios oligárquicos, quanto para promover o desenvolvimento do estado. Como resultado do esforço de um grupo capitaneado por João Pinheiro, político, empresário e homem de imprensa, e com o apoio do Presidente do Estado, ocorreu em 1903 o I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial, na nova capital, Belo Horizonte. Entre as medidas apresentadas no relatório conclusivo como necessárias para revitalizar a economia mineira, estava a criação e desenvolvimento da

instrução técnica e profissional (SANTOS, 2009). Embora a ênfase do Congresso tenha recaído sobre medidas de proteção e fortalecimento da economia agrícola, as atividades urbanas e industriais também já se configuravam como campo de trabalho a ser suprido com mão de obra qualificada.

A questão da educação profissional e técnica continuou, portanto, na pauta da imprensa mineira, reforçada por uma maior ênfase das elites republicanas no discurso científico, e um contato mais intenso com o capitalismo industrial. A divisão de trabalho própria do sistema capitalista somou-se a antigos preconceitos quanto à mão de obra, levando a uma clara distinção de tarefas, perceptível até numa região menos industrializada como Diamantina:

O verdadeiro caminho [...] porque nesta casa o que nós queremos e pregamos é aquilo que nossa patria quer e aspira – instrução e trabalho. // INSTRUÇÃO – legítima, bôa e verdadeira, adequada a cada camada social, melhorando a que visa às letras e às sciencias, e creando a que torna apto o individuo para viver por si, pela sua iniciativa fecunda, pela sua aptidão creadora da riqueza social. // TRABALHO não o rotineiro, viciado e infecundo, que aniquila seus agentes, os empobrece e os desgraça, mas o inteligente, racional e progressivo, que remunere o esforço, levante seus obreiros, e transforme nossa terra de madраста safara e maninha em mãe carinhosa e bem-fazeja. (A *Idéa Nova*, 10/06/1906)

A instrução deve ser adequada a cada camada social: existe aquela que realiza o trabalho intelectual (letras e ciências) e aquela que produz a riqueza social pelo seu trabalho individual – camponeses, operários e trabalhadores urbanos. A cada um, uma instrução diferente. Claro está que o redator tem em mente, também, dois modelos de escola: uma que foque seus estudos sobre o desenvolvimento intelectual, e outro que ensine uma profissão e suas técnicas.⁵ Fica a dúvida como tão diferentes formações poderiam, ambas, desembocar num trabalho que não fosse rotineiro, mas inteligente...

É importante lembrar que, desde tempos coloniais, havia uma estrita diferenciação entre as “artes liberais” e os “ofícios mecânicos”. À época do Império, Medicina e Direito eram conhecidas como “as profissões imperiais”; ao final do século XIX, e principalmente com o advento da República, a elas veio somar-se a Engenharia.⁶ Claramente este tipo de mentalidade estava presente no discurso das elites mineiras, quando se debruçavam sobre o problema social de como incorporar as massas empobrecidas na nova ordem social.

A construção da *Cidade de Minas*, a nova capital do estado, atraiu grande número de pessoas, na esperança de conseguir trabalho e melhores condições de vida. Devido à inexistência no plano da obra de um espaço destinado aos trabalhadores, estes ocuparam o entorno da Avenida 17 de Dezembro, que marcava o contorno da área urbana. Para além dela, reproduziram-se as formas tradicionais de ocupação do espaço, construção de casas e organização social. Pouco tempo depois da inauguração, em 1897, as elites letradas da cidade já manifestavam sua preocupação com a situação dos meninos carentes e sem destino espalhados pelas ruas da cidade:

⁵ Para uma visão das políticas educacionais na Primeira República mineira, ver GONÇALVES, 2006; para uma visão geral da educação em Minas Gerais, ver LOPES *et alli*, 2002.

⁶ Para os ofícios mecânicos e as relações de formação profissional em Minas Gerais colonial, ver MENESES, 2003; para as “profissões imperiais”, incluindo engenharia, ver COELHO, 1999.

Desolados pelo que vemos diariamente na Capital do Estado, onde os nossos pequenos patricios não protegidos da fortuna vagavam pelas ruas na indolência e maltrapilhos, sem um meio honesto de ganhar a vida enveredados, portanto, no caminho do crime, resolvemos fundar uma *escola profissional*, onde à parte da instrução primaria, o menino aprenda um oficio ou arte que lhe garanta o pão futuro. O governo muito tem feito em beneficio da instrução, reconhecemos, mas fundar um estabelecimento modelo é problema que, a nosso ver, a receita do Estado, não suporta atualmente e por isso iremos nós em seu auxilio com a nossa pratica e boa vontade, cientes de que o mesmo não nos deixará só. (*Diário de Notícias*, 14/08/1907)

Como em Diamantina ou em Juiz de Fora, o discurso em Belo Horizonte compõe-se de alguns elementos centrais: a evidência do problema social, representado pelos desocupados, com destaque para os menores; a associação entre a ociosidade atual e a criminalidade, presente ou futura; o reconhecimento da ação educacional do Estado e suas limitações; a necessidade de ação para solucionar o problema. A solução parece ser sempre a mesma: transformar o vadio em mão de obra e qualificá-la, inserindo o trabalhador na ordem social através do trabalho, evitando a vadiagem associada à criminalidade, e aumentando a eficiência e a produtividade econômica da sociedade mineira.

Essas linhas gerais estão presentes no discurso das elites federais também, como exemplificado pela justificativa da lei de criação das Escolas de Aprendizes Artífices pelo Presidente Nilo Peçanha, em setembro de 1909:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência. É necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e profissional, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime (DECRETO n. 7.566, 23 de setembro de 1909).

“Não protegidos da fortuna” na imprensa belorizontina, “desfavorecidos da fortuna” no decreto oficial daquela que foi a primeira iniciativa de envergadura nacional do governo republicano (cf. CHAMON, 2009). Para as elites brasileiras, seja em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro, há uma clara associação entre a pobreza, a vadiagem, e a educação profissional e técnica como solução para ambas. Ao antigo valor moralizador e civilizador do trabalho, acrescentou-se o poder de superar a pobreza, e o dom de gerar e sustentar o progresso da nação.

Mas para que o trabalhador alcance essa graça, é preciso prepará-lo, é preciso qualificar a mão de obra. No *Discurso pronunciado pelo director na sessão Inaugural da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Geraes, em 8 de setembro de 1910*, Augusto Cândido Ferreira Leal assim definiu a escola que se iniciava em Belo Horizonte:

[...] uma instituição de utilíssima importância, de incomparável utilidade, por qualquer face que se a encare; pois, será a base firme, rija e inabalável do real, do positivo engrandecimento do povo brasileiro. Dela erguer-se-á poderossima, hercúlea, essa temível e continua força das nações, já compreendida por todos os governos, essa força, cujo trabalho útil é o progresso material da Humanidade. // Bem sabeis, Cidadãos, essa força é o proletariado. // E para que o proletariado se torne assim forte

e resistente, qual brônzeo alicerce da Patria, é preciso instruí-lo, é indispensável educá-lo. (LEAL, 1910, p. 27)⁷

A escola iniciou seu funcionamento com cinco oficinas: ferraria, marcenaria, carpintaria, ourivesaria e sapataria, cujas máquinas foram encomendadas a representantes de firmas dos EUA e de Manchester, na Inglaterra, como informado no *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, pelo Director da Escola* (LEAL, 1910, p.7-8).⁸ Augusto Cândido Ferreira Leal, porém, não enxergava nessas oficinas o limite do aprendizado dos futuros artífices. O regulamento federal das escolas estabelecia, também, os cursos primário e de desenho para aqueles que não soubessem ler, escrever e contar. Em seu relatório, o diretor da escola sugere que tais cursos tornem-se obrigatórios a todos, exceto os que pudessem comprovar de maneira prática possuir tais aptidões. Dois argumentos são oferecidos para justificar sua proposta. Primeiro, o diretor tem consciência que muitos pais, ao colocarem seus filhos naquela escola, almejavam, antes de mais nada, uma rápida formação prática, que pudesse encaminhá-los ao mercado de trabalho.

Os paes ou protectores dos meninos, pela maior parte, querendo realizar seu desejo de fazer com que os meninos aprendam um officio, pouco importando-lhes o conhecimento das materias necessarias aos meninos para bem saberem o officio, isto é, pouco interessando-lhes o ensino theorico, diga-se assim, procurarão obter attestados que comprovem a habilitação dos meninos, embora, na realidade, elles não o estejam. (LEAL, 1910, p. 16)

Mas para o primeiro diretor nomeado para a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, o nível de aprendizado profissional ali implementado exigiria mais do que as rotinas técnicas. O conhecimento teórico, “diga-se assim”, era parte fundamental da qualificação de um trabalhador inserido na modernidade urbana que, literalmente, estava sendo construída em Belo Horizonte naquele tempo.

Saber lêr, escrever e contar não basta, absolutamente, á preparação intellectual de um aprendiz que sae de uma Escóla, cujo ensino obedece a um certo plano. Si o saber lêr, escrever e contar é sufficiente, resultará a continuação do operariado, quasi analfabeto, como são os nossos operarios, pela maioria. Pode-se saber lêr, escrever ou contar sem comprehender o que se lê ou escreve-se; e para que isso não se dê, é preciso, inconstestavelmente, saber o pouco que se ensina nos cursos primario e de desenho da Escola. (LEAL, 1910, p. 17)

Como visto em artigos de jornais acima, o discurso das elites mineiras pensava uma educação para o trabalho voltada basicamente para o aprendizado de técnicas vinculadas a uma atividade profissional, a um ofício. O diretor da Escola de Aprendizes Artífices estabeleceu um novo patamar para esse ensino. A formação intelectual, ainda que rudimentar, deveria tornar-se parte integrante da educação do trabalhador, se mais não fosse porque as condições atuais do “operariado” não permitiam que este atendesse às novas demandas colocadas pelo progresso econômico e tecnológico.

⁷ Esta Escola de Aprendizes e Artífices, uma das 19 instituídas pela lei federal promulgada um ano antes, está na origem do atual Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, cujo centenário comemora-se neste ano de 2010.

⁸ Apesar de constar o ano de 1910 na capa do documento, o Relatório está datado de 18 de Janeiro de 1911; cf. p. 26.

As Escólas de Aprendizes Artífices foram creadas, forçosamente, para elevar o nível intellectual e moral do futuro proletariado e não para elle ficar ou continuar no estado em que essas Escólas o vieram encontrar, de quasi analphabetismo. (LEAL, 1910, p. 17)

Como o diretor propõe ao Ministro, isso incluiria até aulas de música, para que “os *meninos possam obter conhecimentos dessa arte sublime e apurem a delicadesa que ella é capaz de dar a seus sentimentos affectivos, a seu moral*” (LEAL, 1910, p. 25). Uma educação mais ampla, que preparasse o aprendiz não apenas para o futuro mercado de trabalho, mas que o civilizasse, tornando-o melhor cidadão.

Em seu relatório, Augusto Cândido Ferreira Leal relatou muitas dificuldades para conseguir que a escola funcionasse em seu primeiro ano: instalações precárias, pessoal reduzido, equipamento insuficiente, regulamentação inadequada. Todavia, destacou os resultados obtidos, mesmo que pequenos; e mais ainda, enfatizou a importância daquela instituição para o futuro do trabalho em Minas Gerais. Em seu discurso inaugural, renovou, ainda, o discurso tradicional das elites mineiras sobre a importância do trabalho como a solução dos problemas sociais, e para o futuro do país.

A nossa Republica, qual Mãe affectuosa, que só almeja a felicidade de seus filhos, dirá ao trabalho: Vinde, eis o caminho da incorporação do proletariado à sociedade moderna. (LEAL, 1910, p. 27)

4. Trabalho, Progresso e Civilização

A desestruturação da sociedade escravista trouxe vários problemas para as elites mineiras. Nas páginas dos jornais, nos discursos e em outros documentos, representantes de diferentes setores dominantes de Minas Gerais reclamaram da desorganização da produção, especialmente a agrícola; do déficit de mão de obra; do descontrole causado pelo aumento de desocupados, e da consequente incapacidade das forças repressivas para manterem a ordem social; do aumento na vadiagem, e consequentemente da criminalidade. Estes, e outros aspectos mais, ajudavam a compor o diagnóstico de crise socioeconômica vivida por Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX.

Entre as muitas propostas de solução, as elites mineiras apropriaram-se do discurso capitalista sobre o trabalho, transformando-o e adequando-o às suas próprias necessidades. Confrontadas com a extinção do trabalho compulsório, era preciso conduzir os trabalhadores à lavoura, à indústria e aos serviços urbanos, desviando-os de outras opções possíveis: a muito combatida ociosidade, mas também a possibilidade de buscar caminhos próprios, como as fronteiras inexploradas do sertão, ou atividades à margem da economia estabelecida, como os trabalhos temporários ou a criminalidade. Acima de tudo, era preciso garantir a regularidade da mão de obra.

Para isso, era preciso reinventar o trabalho, livrando-o da pecha que mais de três séculos de escravidão haviam lhe legado. O trabalho regular deveria deixar de ser visto como um castigo, associado a escravos (e, implicitamente, a negros). Exaltando os imigrantes europeus (explicitamente brancos) e o exemplo de países como Inglaterra, França, Alemanha e especialmente os Estados Unidos, as elites letradas de Minas Gerais buscavam revelar uma

visão do trabalho que fosse digna, respeitada e, enfim, desejável. Condenando ações individuais e comportamentos coletivos, tentavam desenhar uma imagem da ociosidade como vício, associando-a à criminalidade e imputando-lhe a responsabilidade pelo fracasso no desenvolvimento do país. Como escreveu o redator do *Pharol* em 07 de fevereiro de 1885: “O homem ocupado, não cuida em cousas más, nem as faz”. Na visão dos homens de imprensa mineiros, esta ideia deveria ser aceita, primeiramente, pelas próprias elites político-econômicas, a fim de que suas atitudes auxiliassem no convencimento da população em geral sobre os valores que estavam sendo construídos.

Uma vez estabelecido o trabalho como algo de valor, como “o caminho do bem”, a sociedade poderia resolver tanto o problema da mão de obra quanto o perigo da ociosidade/criminalidade, através da condução dos desviantes ao trabalho. Isto poderia ser feito através da repressão policial e da coação legal, no caso dos adultos e dos recalcitrantes; ou através da educação no trabalho, indicado especialmente para as crianças. Acreditava-se fortemente que o exercício de um labor desempenhava uma função didática, corretiva, que construiria no indivíduo valores cidadãos.

Todavia, por mais difícil que fosse alterar a cultura mineira sobre o trabalho regular, isto não seria suficiente para garantir o progresso. Este exigia o domínio de novas técnicas, a boa utilização de novas tecnologias, o comportamento adequado diante de um novo mundo que seria construído no Brasil. E no qual Minas Gerais pretendia ter lugar de destaque, como demonstravam os discursos e os esforços para a construção da nova capital do estado.⁹

Transformar o Trabalho em força de desenvolvimento era apenas parte do processo. Para garantir uma mão de obra capaz de sustentar o Progresso, era preciso uma ação sistemática visando o ensino técnico, de forma a qualificar o trabalhador ao seu papel – agora um grandioso papel histórico, conforme o discurso construído ao longo de décadas. Aulas noturnas, escolas profissionais, leis e dotações visaram construir um espaço em que o trabalho fosse não apenas valorizado, como aperfeiçoado. A Escola de Aprendizes Artífices, ainda que resultante de uma ação do Governo Federal, veio atender às expectativas das elites mineiras de fornecer o ensino necessário à formação de trabalhadores úteis, morais e eficientes.

Para isto, como vimos, seu diretor entendia ser necessário ir além do mero ensino do trabalho, e efetivamente construir uma educação para o trabalho: o artífice deveria ser capaz de entender o que fazia e, mais do que isso, deveria incorporar em sua vida a disciplina e o rigor do trabalho. Não como um efeito mecânico da repetição impessoal, mas pela reflexão oriunda da luz do conhecimento e do saber.

O exposto acima pode ser lido nas páginas impressas dos jornais publicados em diferentes partes de Minas Gerais, bem como em discursos e projetos voltados à ação governamental. É possível, pois, afirmar que existia um conjunto de elementos compartilhados de forma difusa entre vários setores das elites mineiras: imprensa, empresários, agricultores, políticos – até porque

⁹ Para a relação entre a construção de Belo Horizonte e a República ver MELLO, 1996.

esses atributos muitas vezes reuniam-se numa só pessoa, como no caso de João Pinheiro; e quase sempre estavam presentes, todos, nas famílias oligárquicas que dominavam a política e a economia de Minas Gerais.

Este discurso propõe, então, a inserção das “classes perigosas”, os desajustados e marginais (em ambos os sentidos da palavra), na sociedade moderna mineira. A inserção se daria através da educação pelo e para o trabalho: moralmente corretivo, economicamente produtivo, seria o remédio para todos os problemas sociais e garantiria o progresso da nação. Uma solução que demonstrava a crença das elites no poder transformador da educação, da força atribuída ao ensino para converter os jovens em trabalhadores, do poder do trabalho em conduzir as pessoas a uma vida regrada.

Esta solução oculta, todavia, o fato de que a incorporação se daria de forma alienada. Quem definia os termos em que se dava a inserção eram as elites cultas, e não os trabalhadores. Isto tinha óbvias implicações econômicas, pois não havia espaço para grandes mudanças nas relações entre patrões e empregados. O alcance disso é ainda maior, porém: aceitar o discurso é incorporar seus valores, que definem quais são as posturas aceitáveis do trabalhador, quer em sua vida técnico-profissional, quer em sua vida pessoal: lazer, vestimenta, comportamento. A inserção na vida moderna implica a reformulação da pessoa do trabalhador; civilizar-se é aceitar os “costumes e tendências” aburguesados – mas ainda eivados das antigas práticas senhoriais – das elites mineiras.

Isto não significa reduzir o discurso das elites mineiras sobre o trabalho e o ensino técnico a uma leitura maniqueísta, como se tudo não passasse de um plano de manipulação da consciência da classe operária. Talvez fosse mais correto recuperar um antigo sentido da palavra ideologia. O que se tenta constituir através desse discurso é uma leitura do mundo que moldasse a realidade, adequando-a aos valores defendidos. Mais do que esconder aquilo que não está em concordância, as elites mineiras buscavam estabelecer o que era ou não desejável e correto; o dissonante seria naturalmente indesejável, estaria incorreto, e deveria ser, portanto, objeto de ações visando sua transformação.

Para que o trabalhador pudesse ser aceito como membro da nova sociedade que seria construída em Minas Gerais, uma sociedade de Progresso, pós-escravidão, deveria aceitar a direção proposta para sua inclusão pelas elites dominantes: o trabalho regular, responsável e eficiente. Recusá-la seria tornar-se um obstáculo ao progresso de Minas Gerais. Tomar qualquer outra rota seria considerado um desvio, um contrabando, e como tal deveria ser combatido. Esse era o caminho proposto pelos antigos e novos senhores das Gerais para sua incorporação na modernidade.

Bibliografia.

1. Jornais

A Idéa Nova. 1906-1912. Acervo Soter Couto. UEMG/FEVALE/Centro de Pesquisa. Diamantina, MG.

A Idéa Nova. 1906-1912. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina. Diamantina, MG.

Diário de Notícias. 1907. Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

O Pharol. 1880-1914. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Jornal do Commercio, 1901-1914. Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora, MG.

Sete de Setembro. 1887-1889. Acervo Soter Couto. UEMG/FEVALE/Centro de Pesquisa. Diamantina, MG.

Sete de Setembro. 1887-1889. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina. Diamantina, MG.

2. Documentos oficiais

BRASIL, Decretos n. 7566, de 1909; n. 378, de 1937; n. 6029 de 1942.

LEAL, Cândido Augusto. *Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Geraes*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. Pedro de Toledo, pelo Director da Escola. Belo Horizonte, Typ. Commercial, 1910. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

3. Referências bibliográficas

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CHAMON, Carla S. A Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941): a produção da escola no espaço da cidade. Trabalho apresentado no *VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania*, Porto, Portugal, 20-23 de junho de 2008. (mimeo)

CHAMON, Carla Simone. "Ensino de Ofícios e Meninos Desvalidos: escolarização para o trabalho em Minas Gerais na década de 1930". Trabalho apresentado no *International Standing Conference for the History of Education – ISCHE*, Utrecht, Países Baixos, 26-29 de agosto de 2009. (mimeo)

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte, Autêntica/FCH-FUMEC, 2006. (Coleção História da Educação)

GOODWIN Jr., James William. "Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese de Doutorado em História Social. Orientadora: Profa. Dra. Inez Garbuio Peralta. FFLCH/USP, São Paulo, 2007. (mimeo)

GOODWIN Jr., James William. "O Annuncio é a alma do Commercio": anúncios na imprensa de Diamantina e Juiz de Fora na Belle-Epoque. IN: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12: 2008, Diamantina, MG. *Anais...* UFMG/CEDEPLAR, 2008. CD-ROM.

GOODWIN Jr., James William. Postes fincados, bichos soltos: representações do espaço urbano na imprensa local. Diamantina e Juiz de Fora, 1880-1914. IN: XV Encontro Regional de História. *Anais Eletrônicos*. ANPUH-MG/UFSJ, São João Del-Rei, 10 a 15 de julho de 2006.

LOPES, A. A. B. M.; GONÇALVES, I.; FARIA Filho, L. M.; XAVIER, M. C. (org). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte, FCH/FUMEC, 2002.

MELLO, Ciro F. Bandeira de. A noiva do trabalho - uma capital para a República. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *Belo Horizonte: horizontes históricos*. Belo Horizonte, Editora C/ Arte, 1996, p. 11-47.

MENESES, José Newton Coelho. Artes Fabris e Serviços Banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750/1808. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Ronald Raminelli. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História / ICHF / UFF, 2003. (mimeo)

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, Bernadeth M. *A Escola de Aprendiz Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET/MG, na voz de seus alunos pioneiros*. Tese de Doutorado em Educação. Orientadora: Profa. Dra. Olga Von Simson. Faculdade de Educação/UNICAMP. Campinas, 2008. (mimeo)

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o Progresso como Missão*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1997. (Coleção Centenário)

SANTOS, Poliana Ruas. Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica. Projeto "O Progresso em Palavras: ciência, técnica e trabalho no discurso das elites mineiras da Primeira República." Orientador: James William Goodwin Jr; Co-orientador: Hélcio Queiroz Braga. DPPG/CEFET-MG. Belo Horizonte, 2009. (mimeo)

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *The disenchanting night: the industrialization of light in the nineteenth century*. Berkely; Los Angeles, University of California Press, 1995.

VALENTE, Polyana. "Um completo e variado sortimento": a cidade através dos anúncios de jornais. IN: SOARES, Astréia; GONÇALVES, Múcio Tosta (orgs). *Iniciação Científica Newton Paiva 2004-2005*. Belo Horizonte, Editora Newton Paiva, 2006, p. 105-117.